

Autonomia das Escolas

Sobre esta temática, sugiro que o pensamento que se deveria propor é de um positivismo crescente. É real que vivemos inseridos numa sociedade cultural, de ideais democráticos e libertativos, onde cabe ao cidadão, em conjunto com os demais que a constituem, regular e gerir. É notório também que esta regulação tem de ser, e é, feita de modo organizativo e estruturado para que se crie um bom funcionamento. E como acontece, em termos gerais, com toda a nossa civilização, acontece também com todos os “pedacinhos” que a formam. Um destes pedacinhos é o Sistema Educativo.

A nossa sociedade tende a caminhar, em praticamente todos os aspectos, para uma tendência potencialmente mais desenvolvida, mais reactiva, mais compreensiva e mais preocupada. No que toca á situação da Educação, eu penso que esta segue também este caminho, com objectivo principal de atingir uma autonomia reactiva e construída. Este aspecto pressupõe que as escolas, por si, e ao mesmo tempo em conjunto, criem um sistema harmonioso e funcional.

A autonomia das escolas coloca-as, em termos organizativos e estruturais, afastada do poder central (no caso, o Ministério da Educação), havendo, contudo, sempre uma interdigitação que os une. Esta dependência não pode ser tomada como extrema, até porque a anarquia nunca foi uma política funcional.

A par de todos os avanços que se fazem sentir na nossa cultura, sugiro que aquilo que deveria acontecer, e penso que o caminho é esse, é que as escolas avancem para o progresso. A maneira mais eficaz de o fazer, pode ser segundo uma política devidamente autónoma. Mas quando aqui tratamos de autonomia da escola, devemos pressupor também que a escola é feita por vários elementos, e a sua gestão não cabe apenas aos órgãos directivos. A autonomia deveria ser partilhada por todos aqueles que a constituem, começando nos órgãos de administração internos, passando pelos professores e acabando nos alunos. Aliás, a grande variante desta temática são estes mesmos. A escola é feita para eles, deveriam ser eles os principais actores.

A ideia partilhada e aceite politicamente da descentralização e autonomia das escolas pode ser um ponto a favor para o progresso Educativo, contudo, e a grande falha a meu ver, é que falta ás pessoas (alunos, professores, directores, ministros) vontade, falta incentivo, falta paciência, falta a crença que as coisas se podem alterar, e podem progredir para algo melhor. Falta principalmente a consciência que este processo é lento, porque depende de diversos e complexos factores, e a consciência que é necessário que todos trabalhem para a sua construção. A máxima do “deixa andar”, ou a política em que “os outros fazem” tem de ser apagada!

A autonomia das escolas irá funcionar em Portugal, quando as pessoas assim o quiserem.

Analisando o problema, acredito que este traga mais vantagens que desvantagens. Será vantajoso para a instituição escola, no que toca á implementação de normas e implicações, que esta tenha um controlo mais amplo, contudo mais rigoroso, pois as decisões estão mais intrinsecamente inscritas à instituição. Creio que será propício que se crie um relacionamento

mais estreito das pessoas que a formam, pois se todos poderem participar na organização e no bom funcionamento, acredito que todos o façam de muito melhor grado.

Quanto às desvantagens que este processo possa vir a desencadear, penso apenas que se poderá dar se a instituição tomar este princípio como unívoco e extremista. Mas idealizo que esta máxima não irá dar frutos, há de haver sempre uma coerência eficaz, e este projecto há-de tomar um bom rumo – de encontro ao progresso.

Trabalho realizado por:

Joaq Alves n.º 16071